

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: Tribuna

Data: 18/12/91

Pg.: \_\_\_\_\_

# Mestrinho ameaça colonizar agora as terras indígenas

Orlando Farias

A política de colonização de terras indígenas ao estilo do que foi praticado pelos Estados Unidos será adotada no Amazonas pelo governador Gilberto Mestrinho. A providência, que deve acirrar mais os ânimos entre o governo do Amazonas, de um lado, e de outro a Funai, com entidades não-governamentais de apoio à causa indígena, pode ser adotada imediatamente nas áreas previstas para serem demarcadas pelo governo federal, de acordo como determina a Constituição do País.

Mestrinho deu a surpreendente informação ao reagir à uma informação publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo" de que a Funai estaria acionando a Procuradoria Geral da República para processar o governador por suas últimas declarações contendo ameaças de usar força policial para impedir as demarcações e até mandar "metralhar o pessoal da Funai, se preciso for, para preservar a moradia e existência social dos cabócos" que vivem em áreas consideradas indígenas.

"Não retiro uma vírgula do que eu disse na entrevista ao retornar de Washington", disse o governador, avisando que defenderá a

qualquer custo as 300 mil pessoas que vivem no Alto Solimões, a maioria descendente dos próprios índios da região. As reações mais duras de Mestrinho irromperam com o anúncio da demarcação das reservas dos índios Ticuna e dos povos do Vale do Javari numa extensão estimada de 6 milhões de hectares, e principalmente ao tomar conhecimento de que a Funai enviara equipes de indigenistas e topógrafos para começar o levantamento dos limites das futuras reservas. Ele não perdoou que o rio Javari — "um rio internacional" — tenha sido fechado pela Funai, que justificou a decisão pelas constantes incursões de madeireiros na região onde vivem seis tribos de contacto recente e nove outras ainda isoladas.

Mestrinho disse que a sua política de colonização significará a transplantação de contingentes civilizados (brancos) para regiões do Estado que precisam ser desenvolvidas mesmo sendo consideradas terras indígenas. "Acima da Constituição está o direito do cidadão", decretou o governador amazonense, que admite diferenciar apenas num aspecto a sua política de colonização da adotada pelos norte-americanos em territórios dos índios Comanche, Sioux, Cherokee e Apache, dentre outros: o uso da violência.



Gilberto Mestrinho

## Ticuna não merece a extinção



Os ticunas não querem ter o mesmo destino dos índios americanos

"Se nos tiram a terra, nos tiram a vida". A frase é histórica e foi pronunciada muitas vezes pelos índios norte-americanos Comanche, Sioux, Cherokee e Apache quando a política norte-americana de colonização foi apontada como um rifle, literalmente, para as suas cabeças. Poucos anos depois a frase estava comprovada, com os territórios dos índios transformados em pastagens e os próprios índios em títulos em várias partes dos Estados Unidos.

Na escalada de violência contra os índios, até agora verbal, é oportuno examinar não apenas a importância inquestionável dos cabócos e ribeirinhos para o Amazonas mas também dos seus povos indígenas. No caso dos índios do Alto Solimões, agora ameaçados de serem atingidos pela política de coloniza-

ção norte-americana, vale lembrar que sempre foram donos legítimos dessas terras os índios Ticuna, que compõem a maior tribo do País, com 13 mil pessoas espalhadas por 60 diferentes aldeias e convivendo com uma miséria cada dia mais crescente. Nos últimos anos, envolvidos com a fanatização da seita messiânica "Irmandade da Cruz" e por uma inquietante desestruturação social, os índios começaram a experimentar um elevado índice de suicídio, a ponto da própria Funai buscar especialistas do sul do País para encontrar as raízes desse flagelo.

A radicalização verbal também, é perigosa porquanto possa ensejar nas populações envolventes (cabócos e ribeirinhos, principalmente) atos de selvageria contra os Ticuna,

semelhante ao massacre do "Lago do Capacete", em Benjamin Constant, no ano de 87, crime até hoje não julgado embora se conheçam os seus autores. Os índios não merecem o extermínio tanto quanto os cabócos, os ribeirinhos, todos os que devem ter o seu espaço dentro da imensa área de 1,5 milhão de Km2. É até curioso observar a reação contundente de determinados políticos com "vastas áreas" se jamais contestaram latifúndios como o do rio Jutai, de propriedade da empresa Manasa, de capital chinês, que segundo a imprensa nacional teria 4,5 milhões de hectares, improdutivos. Jamais se falou em colonizá-los, entregá-los para ribeirinhos, cabócos, seringueiros e até índios que precisam de terra. (O.F.)